

OS MUNDOS POSSÍVEIS DIANTE DA CRISE: fazer política com *os outros* no *tempo-de-agora*¹

IZABELA SANTARELLI FERRAZ, UFMG

Palavras-chave: Cosmopolítica; Crise; Política Profana.

A escolha de iniciar este escrito falando sobre a crise, e sobre os sentimentos gerados por ela, se deu a partir da compreensão de que nossa interpretação do mundo se assenta na materialidade. Por essa mesma razão, falar de crise consiste em um exercício tão difícil, uma vez que ela decorre no tempo presente, diante de nossos olhos, sem que nada nos pareça suficiente para *puxar os freios de emergência do trem* em direção à catástrofe, dissimulada de progresso, como afirmou Michael Löwy (2019) a partir das reflexões de Walter Benjamin. Sob essa ótica, aquilo que chamamos de crise consistiria, então, numa crise específica sobre um modo de vida: aquele que se baliza pelo progresso linear como ideologia, tendo, desde a modernidade, sua lógica marcada pela racionalidade mercantil como motora das relações sociais. No entanto, as características desta crise, marcada pela pluralidade de crises, perpassam pela ameaça não somente ao modo pelo qual organizamos nossa vida social, desde a modernidade, mas também pela ameaça a outras civilizações, comprometendo a própria continuidade da existência humana na Terra a partir, principalmente, de sua dimensão ambiental, através da expansão sem precedentes do modo de produção capitalista.

Apreendendo as peculiaridades da crise que enfrentamos, Bruno Latour (2019) compreende as múltiplas dimensões que interagem, caracterizando o momento no qual vivemos, de modo que nos questionamos até mesmo sob quais categorias nosso pensamento se constrói, ao embaralharmos cultura e natureza, levando o autor a afirmar: *jamais fomos modernos*. Segundo ele:

Um mesmo fio conecta a mais esotérica das ciências e a mais baixa política, o céu mais longínquo e uma determinada usina no subúrbio de Lyon, o perigo mais global e as próximas eleições ou o próprio conselho administrativo. As proporções, as questões, as durações, os atores não são comparáveis e, no entanto, estão todos envolvidos na mesma história (Latour, 2019, p. 9).

Assim, a pluralidade de atores figuram-se em sujeitos políticos, que interagem modificando a realidade, fazendo com que a expressão local e a expressão global dialoguem e se dinamizem, ainda que o pensamento moderno tente apartar e segmentar todos esses

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

elementos. As relações entre natureza e cultura que o pensamento moderno sempre manteve bem definidas e delimitadas confundem-se, então, à medida em que revisitamos nosso passado a partir dos sentimentos que a crise suscita. Podemos, assim, perceber a crise do pensamento moderno, incapaz de assimilar aquilo que vivemos, a partir da crise material. Para Daniel Bensaïd (2008), a crise indica, ainda, uma abertura histórica, “[...] uma porta entreaberta pela qual podem surgir a qualquer instante essas possibilidades tão distantes que a própria espera pareceria entorpecida. As horas então se transformam, de repente, em minutos, e os anos em dias” (Bensaïd, 2008, p. 30). É resgatada, assim, a dimensão profana da história e da política, que nos fazem questionar a temporalidade linear moderna. Uma vez identificadas nas aberturas da história as possibilidades de subversão dessa temporalidade, a política encontra-se atrelada à história a partir de sua profanação:

Quê política se conserva sem história, senão uma gestão amedrontada por um presente voltado para si mesmo? E quê história se pode imaginar sem invenção política do possível? A história não se escreve certa, mas no condicional, com os “se” e os “possíveis lados” não alcançados contribuem para desvendar a intriga e iluminar as obscuridades (Bensaïd, 2012, p. 23).

Se voltando à etimologia da palavra *política*, que remonta, por sua vez, à *pólis* e, então, à ideia de que o objetivo da experiência política é a convergência através da reunião de sujeitos iguais, habitantes de um mesmo mundo, Ailton Krenak (2022) propõe, em seu lugar, a ideia de *alianças efetivas*, reconhecendo as diferenças entre sujeitos e pressupondo a existência de afetos entre múltiplos mundos. Ainda sim, a opção de nos remetemos aqui à política se dá a partir da necessidade de a reinventarmos e profaná-la, desde as concepções de Bensaïd (2008). Deveríamos, portanto, reivindicar uma leitura não hegemônica da política, mas, pelo contrário, uma leitura que questiona as concepções do que toma-se como o fazer político a partir do pensamento burguês. Para Bensaïd, “a política surge e inventa-se no social, nas resistências à opressão, no enunciado de novos direitos que transformam as vítimas em sujeitos ativos” (2008, p. 31). São recuperados e rememorados, a partir dessa perspectiva, aqueles atores relegados outrora a um *locus* de passividade frente à política hegemônica burguesa.

Uma concepção profana da política pode ser percebida em Bensaïd (1999) desde sua compreensão de que as possibilidades de ação localizam-se na estrutura social, ao mesmo tempo em que os processos não são automáticos ou necessários, mas *apenas possíveis*, fazendo referência à infinitude expressa pela própria ideia de possibilidade. O autor questiona, assim, as fronteiras expressas pela política no seu próprio fazer, pensando “[na]

política enquanto arte profana do tempo e do espaço, enquanto esforço obstinado para recriar os limites do possível em um mundo sem deuses” (Bensaïd, 2008, p. 26). Nesse sentido, se a política é feita a partir das ações dos sujeitos, cabe questionarmos quem são esses sujeitos e a partir de quais pressupostos eles interagem uns com os outros. Ao perceber a pluralidade dos sujeitos políticos desde a realidade material, Bensaïd afirma: “O agente que, apesar de tudo, torna possível a convergência das resistências, para além dos múltiplos efeitos de dominação próprios à reificação mercantil, é o próprio capital” (2008, p. 34). Dessa maneira, ainda que as consequências do modo de produção atinjam desigualmente sujeitos desiguais, elas podem ser tomadas como aquele elemento que une tais agentes políticos, os quais ainda que não necessariamente tenham como objetivo o fim do modo de produção, muitas vezes a própria permanência de seus modos de vida perpassa por tomar esse horizonte como estratégia. Da mesma forma, também a crise responsável por aglutinar essas mesmas consequências demanda a reunião de sujeitos políticos múltiplos, mesmo que os atinja das mais diferente maneiras.

A partir do diagnóstico de que vivemos uma *crise civilizacional*, somos levados a perceber mundos outros que, afetados direta ou indiretamente pela expansão capitalista, fortalecem seus modos de vida e suas (re)existências ao mundo moderno, balizado por uma lógica unimundista². Se nos propomos a enfrentar a crise, é também imperativo que aprendamos a tecer ações e diálogos com *os outros*. Quando percebemos a existência de múltiplos mundos, descobrimos, desde a nossa experiência concreta, a *história aberta* postulada por Walter Benjamin (2005), que, assim como a política, é feita por sujeitos. Diante de realidades outras, nos deparamos com *os possíveis*, com aquilo que questiona o ilusório sentido único da história. Vislumbrar essas existências exige de nós lidarmos com o desconforto produzido pelo fato de que a história não possui uma razão, tampouco um sentido linear de progresso: os sujeitos a fazem, e a partir das suas imperfeições inerentes à condição de humanidade. No atual contexto, a crise que transcorre suscita diferentes problemas e efeitos a distintos sujeitos, demarcando, assim, um tempo propício para questionarmos os pressupostos sob os quais acreditamos viver, possibilitando, então, uma reinvenção política. Se a crise afirma que não existe mais história, que nada fazemos, e seria

² Para Arturo Escobar (2014), duas diferentes ontologias estariam em constante embate: aquela que marca a modernidade, a ontologia unimundista e dualista – baseada em sistemas duais, contrapondo, por exemplo, as ideias de humano e não humano e natureza e cultura, em busca do projeto de um único mundo, o que é, na prática, alcançado às custas dos diversos mundos outros; e aquela presente em comunidades de base étnico-territoriais, as quais constituem uma ontologia relacional – voltando sua atenção às relações estabelecidas entre as entidades, que não existem de maneira independente das relações que as constituem.

a *mão invisível* esse sujeito oculto, a contradizemos, nos colocando enquanto sujeitos histórico-políticos no *tempo-de-agora* de Benjamin (2005), preenchido de possibilidades subversivas.

Benjamin faz referência ao *tempo-de-agora* em sua tese XIV, em suas teses *Sobre o conceito de história*: “A história é objeto de uma construção, cujo lugar não é formado pelo tempo homogêneo e vazio, mas por aquele saturado pelo tempo-de-agora (Jetztzeit)” (2005, p. 119). Comparado ao *kairos* de Paul Tillich, o *tempo-de-agora* benjaminiano indicaria as possibilidades de uma história aberta. Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro também se valem dessa comparação, ao afirmarem: “Não há mais espera, só o espaço. O kairós de Paul Tillich, o Jetztzeit de Walter Benjamin, não designaram o momento em que ‘o tempo se torna espaço’? O momento em que o tempo é suspenso, quando a história explode e entramos no espaço por meio da ação?” (2023, p. 21). Recuperar a dimensão espacial é importante na medida em que, segundo Danowski e Viveiros de Castro, ela foi tomada como uma dimensão pagã a partir do pensamento moderno, podendo ser resgatada por compreensões que questionam o tempo cronológico linear (2023). De modo semelhante, Ailton Krenak reflete junto aos rios vivos, elementos importantes para pensarmos em nossas histórias e também na historicidade dos territórios: “[...] Depois de cinquenta anos vendogado, gente e máquinas pisoteando o solo, o rio se cansa. Sim, pois quando a paisagem se torna insuportável, o rio migra e conflui para outras viragens. Rios da memória, rios voadores, que mergulham, que transpiram e fazem chuva” (Krenak, 2022, p. 23). Também os rios nos indicariam, assim, uma história aberta, capaz de apreender as mudanças de curso e as possibilidades levadas à cabo pela ação. Ainda, Latour questiona a ideia linear do tempo – compreendendo-o como o resultado provisório da ligação entre os seres – a partir da proposta de classificar de outro modo os elementos da realidade, concebendo a possibilidade de pensarmos em um *tempo espiralar*, no qual o passado “[...] não se encontra ultrapassado, mas retomado, repetido, envolvido, protegido, re combinado, reinterpretado e refeito” (2019, p. 94).

Podemos perceber, enfim, o *tempo-de-agora* como aquele momento no qual seríamos, enfim, sujeitos político-históricos a partir da articulação do passado e do futuro desde o presente, pelas ações e *alianças afetivas*. Se a crise nos leva a questionar as possibilidades políticas e insurgentes, torna-se necessário vislumbrar nas ações e práticas assentadas na defesa de mundos múltiplos as aberturas históricas para que possamos construir diálogos e *alianças afetivas* com *os outros*. Nesse sentido, para além de perceber as potencialidades quando compartilhamos sentidos com *os outros*, com aqueles e aquelas balizados por um

modo de vida distinto do nosso, Marisol de la Cadena propõe “dar uma chance política ao equívoco” (2018, p. 112). A autora nos apresenta, então, uma abertura ao erro interpretativo no fazer político, o que indica, por sua vez, a chance de construir novos modos de se conceber a política, reconhecendo espaços de reivindicações num *mundo com muitos mundos*, que partem de diferentes pressupostos enquanto afirmam-se como mundos ontológica e materialmente distintos (de la Cadena, 2018). Tornam-se necessárias, então, a construção de outras premissas para tornar possível esse modo outro de se fazer política. Para isso, invocamos a *cosmopolítica* de Isabelle Stengers (2018), que reclama, como *proposição e aposta* – pois ela não nos promete nada –, a reunião de sujeitos que levam à arena política suas cosmovisões, seus conceitos e categorias.

Aceitar, assim, que os problemas complexos colocados na nossa realidade, a serem enfrentados por diferentes sujeitos políticos, não vêm acompanhados de respostas, implica em lidarmos com outro desconforto, abrigado desde o *locus* epistêmico do qual partimos: ao mesmo tempo, pretendemos não somente o fazer daqueles diálogos possíveis, mas aceitamos também que não vamos entender tudo – ou até mesmo nada – daquilo que os *outros* nos dizem enquanto representantes de seus *mundos*, mas nem por isso deixamos de tentar. As ações e os diálogos que nos propomos a construir não passam, então, de apostas e tentativas no fazer histórico-político profano. Ainda que mera aposta, não abrimos mão de tentar construir essas pontes, afinal, sem as nossas tentativas não podemos formular coletivamente respostas possíveis à crise – e nada além disso –, não havendo também a possibilidade de manter vivos os *múltiplos mundos*. No entanto, nem todas as ações valem: apostamos naquelas que são, por sua vez, potencializadas pela reunião dos sujeitos políticos (Stengers, 2018). Somente a reunião do *nós* com os *outros* é capaz de trazer à luz do dia as reivindicações passadas e presentes que o *tempo-de-agora* gesta, fazendo nascer o(s) futuro(s). Para isso, nossa proposta passa pela hipótese de que reconhecer *os outros* como sujeitos políticos requer que os reconheçamos também enquanto sujeitos históricos, fazendo com que a proposta benjaminiana de *escovar a história a contrapelo* nunca tenha sido tão imperativa.

Se, muitas vezes, as narrativas modernas em torno dos *outros* é marcada pela destituição desses sujeitos de história é porque tomou-se a História, grafada em maiúsculo, como universal que, eclipsando todas as outras, se apresenta enquanto a única possível, aparada por uma suposta razão, que organizaria todos os acontecimentos. No caso dos povos originários pertencentes ao território que hoje compreendemos como Brasil, Francisco Adolfo de Varnhagen afirmava na segunda metade do século XIX, no primeiro volume de sua

obra *História Geral do Brasil*: “[...] de tais povos na infância não há história: há só etnografia” (1869, p. 108). Quando destituímos esses povos de história, acabamos por destituí-los também de qualquer dimensão política, uma vez que são destituídos de qualquer possibilidade de ação, relegados, na narrativa moderna, a uma condição de passividade frente às investidas da História enquanto sujeito. Nos lembramos, no entanto, que a história, destituída de razão e vontade, nada faz. Somente a partir daí, podemos nos colocar à disposição de estabelecer com *os outros* qualquer relação, possibilitando a construção de laços e *alianças efetivas* para enfrentar os problemas que, por não possuírem uma resposta, abrem-se à tentativa, potencializada pelo coletivo e pela troca constante entre diferentes sujeitos, como afirmou Isabelle Stengers (2018). Ao passo em que tomamos a cosmopolítica, assentada desde uma compreensão profana do fazer político, como um caminho possível para o enfrentamento da crise, vislumbramos neste momento uma abertura histórica, na qual nossas ações enquanto sujeitos histórico-políticos nos levariam não somente a perceber um passado que não passou, mas também as possibilidades insurgentes de se construir futuros distintos daquele prometido pela modernidade.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. “Sobre o Conceito de História”. In: LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: Aviso de Incêndio: Uma leitura das teses ‘Sobre o Conceito de História’**. (Tradução das teses de Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)**. Trad. Luiz Cavalcanti de Menezes Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BENSAÏD, Daniel. **Os irredutíveis: teoremas de resistência para o tempo presente**. Trad. Wanda Caldeira Brant. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BENSAÏD, Daniel. Elogio da política profana como arte estratégica. **Outubro**, n. 20, p. 10-25, 2012.
- DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O passado ainda está por vir**. São Paulo: n-1 edições, 2023.
- DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antropo-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 95-117, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/145635>. Acesso em: 27 fev. 2024.
- KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2019.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: Aviso de Incêndio**: Uma leitura das teses ‘Sobre o Conceito de História’. (Tradução das teses de Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 442-464, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/145663>. Acesso em: 28 mai. 2023.